

PÁG 2 Abraceel dá start no planejamento estratégico na próxima semana – reservem as suas agendas!

PÁG 3 Estudo Thymos: Abertura integral do mercado brasileiro de energia elétrica

PÁG 6 Fase avalia contribuição ao CBEE

PÁG 7 Curtas

PÁG 10 Próxima semana

Abraceel dá start no planejamento estratégico na próxima semana – reservem as suas agendas!

Matéria em 1 minuto:

Planejamento Estratégico da Abraceel começa no dia 16.10, às 9h, e finaliza em 23.10;

Responda os questionários enviados por e-mail e nos ajude a tornar nossos encontros mais ricos, dinâmicos e interativos.



Tempo de leitura:
1 minuto

Faltam 7 dias para o início das nossas reuniões de Planejamento Estratégico! Em conjunto com nosso consultor, Donato Filho, estamos preparando encontros dinâmicos e muito interativos. Vá pensando e traga suas ideias...

Para ajudar, e sabendo que grandes ideias surgem de boas perguntas, preparamos alguns questionários para vocês. Nosso primeiro desafio foi “E se eu fosse o Reginaldo”? Já o nosso segundo desafio foi “De volta para o futuro”. Queremos saber a sua opinião e lembramos que os participantes concorrem a dois livros: *Innovation and Disruption at the Grid’s Edge* e *Organizações Exponenciais*. Se você ainda não respondeu nossos questionários, clique no botão abaixo:

1 | **E SE EU FOSSE O REGINALDO?**

2 | **DE VOLTA PARA O FUTURO**

E às 9h da próxima sexta, 16.10, já iniciaremos nossas reuniões, confira nosso calendário e reserve a sua agenda:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ABRACEEL 2020

16.10 – 9h às 12h:

- Visão sobre o Futuro do Setor;
- Resultado das entrevistas com as empresas associadas;
- Propostas das bandeiras Abraceel.

19 a 22.10 – 16h às 18h:

- Discussão das bandeiras e consolidação das prioridades

23.10 – 10h:

- Consolidação dos resultados e encerramento.

A participação de todas as associadas é fundamental para definir o foco principal da atuação da nossa Associação e as metas sobre as quais a Diretoria Executiva se concentrará no período 2021/2024.

Estudo Thymos: Abertura integral do mercado brasileiro de energia elétrica

Matéria em 1 minuto:

Com a presença de mais de 180 participantes, a consultoria Thymos apresentou o relatório preliminar do estudo sobre alternativas regulatórias para abertura integral do mercado brasileiro de energia elétrica;

Estudo abordou temas como: medição, supridor de última instância (SUI), tratamento para contratos legados, aperfeiçoamento do comercializador varejista, procedimento de faturamento e análise da separação dos serviços de rede e comercialização nas distribuidoras;

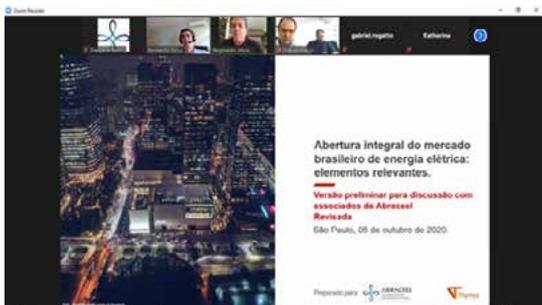
Associados podem enviar contribuições para o GT até o dia 13.10.



Tempo de leitura:
4 minutos

Conforme definido no Planejamento Estratégico da Abraceel deste ano, na bandeira sobre Portabilidade e Desenvolvimento do Mercado estava prevista a realização de estudo sobre alternativas regulatórias para abertura integral do mercado brasileiro de energia elétrica.

O estudo foi contratado junto à consultoria Thymos, após a avaliação de propostas encaminhadas por diversas empresas, e o escopo foi discutido previamente com a Aneel e a CCEE para o recebimento de contribuições. Ao longo dos últimos meses, a diretoria Executiva da Abraceel e a Thymos realizaram uma série de reuniões para discutir o andamento do trabalho, cujo relatório preliminar foi encaminhado ao GT.



Com isso, no dia 05.10, foi realizada uma reunião do Grupo Técnico da Abraceel para apresentar o relatório preliminar do estudo realizado pela Thymos. A reunião contou com a participação de mais de 180 associados.

Representando a Thymos, Alexandre Viana, João Carlos Mello e Victor Ribeiro iniciaram a reunião ponderando as

etapas que foram estudadas para a abertura integral do mercado brasileiro de energia elétrica, sendo elas:

- i. Medição;
- ii. Supridor de Última Instância (SUI);
- iii. Tratamento para contratos legados;
- iv. Aperfeiçoamento do comercializador varejista;
- v. Procedimento de faturamento; e
- vi. Análise da separação dos serviços de rede e comercialização nas distribuidoras.

É importante destacar que não é objeto do estudo contratado a avaliação de temas importantes da reforma setorial que foram discutidos na CP 33 do MME e constam do PLS 232, como formação de preços e separação entre a contratação de lastro e energia, dentre outros.

O estudo considera as diretrizes da Portaria MME 465/19, que determina que a Aneel e a CCEE deverão apresentar estudos com vistas à abertura integral do mercado de energia a partir de 2024, e é complementar às discussões sobre a modernização do setor, em trâmite no Congresso Nacional e Governo Federal, as quais endereçam estudos para a abertura do mercado de baixa tensão. Nesse sentido, antes de apresentar as propostas para cada etapa citadas anteriormente, Alexandre Viana destacou as premissas que nortearam as recomendações do estudo: (i) segurança do suprimento; (ii) formação de preços com maior sentido econômico; (iii) regulação por incentivos; (iv) respeito aos contratos legados e (v) ambiente de negócios com liberdade de escolha.

Medição

No estudo, a Thymos apresenta três alternativas que podem ser consideradas em relação à medição:

1. manter o medidor eletromecânico existente;
2. substituição por smart meter somente na migração; e
3. plano para substituição de todos os medidores eletromecânicos por smart meter.

Dentre as alternativas apresentadas, a Thymos recomenda a alternativa 2, sendo a instalação e os custos da substituição do medidor na migração alocados ao varejista ou ao agregador de medição, e repassados nos contratos para os consumidores.

Um questionamento levantado pelos associados acerca das propostas de medição foi sobre o interesse da distribuidora em continuar com o serviço de instalação do medidor e coleta de dados, com uma remuneração acordada. A Thymos argumentou que foi levantada essa possibilidade durante a elaboração do estudo, podendo isso ser acrescentado ao trabalho em razão do seu viés pragmático, bem como demais soluções para o papel do agregador de medição.

Varejista

Em seguida, foram sugeridos dois pontos de aperfeiçoamento para o comercializador varejista: (i) previsão de possibilidade de rescisão automática do contrato pelo varejista após o 40º dia de inadimplência; e (ii) criação da figura do agregador de dados de medição, com potencial de catalisar o aumento de adesão dos consumidores de pequeno porte ao mercado varejista e ofertar novos serviços.

Adicionalmente, sobre o caso do corte do consumidor inadimplente, a Thymos coloca ainda a possibilidade de desligamento imediato em caso de judicialização, e repasse desse consumidor ao SUI.

Supridor de Última Instância (SUI)

Sobre a figura do SUI, a Thymos apresenta no estudo as seguintes alternativas que podem viabilizar a abertura integral do mercado:

1. permanecer a situação atual, não implantar SUI, com a distribuidora exercendo a atividade;
2. estabelecimento da comercializadora advinda da separação das atividades de fio e energia da distribuidora como o SUI; e
3. abertura da competição do serviço de SUI, de forma a permitir a todo comercializador varejista concorrer para o exercício desse trabalho.

A alternativa 2 é a recomendada pela consultora, considerando que a comercializadora advinda da divisão das atividades da distribuidora local já conhece esse serviço, permitindo haver tempo hábil para preparar o mercado para abertura da competição do serviço de SUI. Além disso, é proposto que a remuneração desse serviço seja por meio de tarifa definida pelo regulador, prevendo-se a possibilidade de o SUI receber também recursos advindos de encargos e/ou tributos.

Sobre a alternativa recomendada pela consultora, os associados chamaram atenção sobre a obrigatoriedade de a comercializadora regulada exercer inicialmente o serviço de SUI, que apesar de ser interessante para o desenho do mercado, deveria ser opcional, uma vez que pode haver restrições para o avanço da abertura diante da imposição de obrigação desse serviço.

Ademais, em caso de default de um comercializador varejista, a Thymos propõe que o SUI seja o fornecedor em caráter transitório até o consumidor conseguir um novo fornecedor, o que dá a necessária agilidade ao processo.

Faturamento

Sobre as diferentes possibilidades para o faturamento da energia após a abertura integral do mercado, a Thymos recomenda que as faturas de distribuição e comercialização sejam unificadas, o que facilita e simplifica a migração de consumidores de pequeno porte, ressaltando que a tecnologia PIX permite tal serviço.

Sobre essa etapa, os associados recomendaram uma análise preliminar da consultora sobre as questões tributárias e jurídicas vinculadas à unificação das faturas.

Distribuidoras

Finalizando a apresentação do estudo, a Thymos argumentou que é possível realizar a abertura integral do mercado de energia sem a separação das atividades de distribuição e comercialização, sem compra de energia centralizada, sem equalização de portfólio e com respeito aos contratos existentes. No entanto, há necessidade de haver uma melhor comunicação entre os atuais ACR/ACL, com o aprimoramento nos mecanismos existentes de troca/venda de energia entre eles ou criação de novas possibilidades de gestão.

Por fim, alguns associados sugeriram que no estudo haja menção sobre a separação lastro e energia e a abertura do mercado, sem entrar no mérito, tendo em vista o estudo realizado anteriormente com a Thymos, sobre o mercado de capacidade.

O relatório preliminar do estudo realizado pela Thymos foi enviado aos representantes das empresas associadas à Abraceel para envio de contribuições por meio do e-mail gt@abraceel.com.br, até o dia 13.10.

Fase avalia contribuição ao CBEE

Matéria em 1 minuto:

Fase defende que o Código Brasileiro de Energia Elétrica mantenha apenas o módulo da consolidação de leis e regulamentos, eliminando o módulo de inovações legais;

Fase deve encaminhar duas cartas ao Congresso Nacional: solicitando a indicação de relator para a MP 998/2020 a aprovação do PL 4.476/2020 (lei do gás).



Tempo de leitura:
2 minutos

Alexandre Lopes e Frederico Rodrigues participaram, em 06.10, da reunião do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), realizada de forma virtual. Foram debatidos os seguintes temas: Código Brasileiro de Energia Elétrica (CBEE).

O presidente da ABCE, Alexei Vivan, teceu considerações sobre o anteprojeto do Código que tramita no Congresso Nacional e, após debates sobre alternativas de posicionamento do Fase, prevaleceu a proposta de contribuição que defende que o CBEE mantenha apenas o módulo da consolidação de leis e regulamentos, eliminando o módulo de inovações legais. As associações avaliam a adesão quanto à manifestação conjunta do Fórum até esta sexta-feira, 09.10.

Panorama político

O vice-presidente da Abiape, Marcelo Moraes, apresentou um panorama da atividade política no Congresso Nacional e os projetos de lei de interesse do setor que lá tramitam (disponível na área restrita do nosso site). Durante os debates surgiu a proposta de encaminhamento de duas cartas do Fase, uma para solicitar a indicação de relator para a MP 998/2020 e outra dirigida ao Senado Federal, para pedir a aprovação do PL 4.476/2020 (lei do gás) na forma como o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, de forma a dar celeridade ao processo.

Regulamentação do GSF

O presidente da Apine, Guilherme Velho, realizou uma apresentação (disponível na área restrita do nosso site) demonstrando a metodologia dos cálculos que estão sendo feitos para a regulamentação do GSF.

GT tributário

Mariana Amim, da Anace, discorreu sobre o trabalho que o GT Tributário do Fase vem desenvolvendo, com ênfase para as reuniões realizadas com diversos escritórios de advocacia, visando posicionamento futuro do Fórum sobre o tema. Na próxima semana está previsto encontro com a Demarest e na semana seguinte com o escritório Deccache.

Coalizão: Resíduos sólidos urbanos

O presidente da Aren, Yuri Schmitke, solicitou apoio à proposta de haver uma Coalizão, conforme documento disponibilizado às associações. Após debate, a plenária decidiu que as associações devem se pronunciar até o dia 16.16 quanto ao apoio do Fase à Coalizão sugerida.



CURTAS

Abraceel participa de reunião do Conselho de Infraestrutura da CNI

Reginaldo Medeiros participou, no dia 07.10, de reunião do Conselho de Infraestrutura da CNI (Coinfra), para debater a MP 998/2020 e os encargos setoriais na conta de energia elétrica. Como expositores, além de Reginaldo, participaram, Edmar Almeida (UFRJ), Paulo Pedrosa (Abrace) e Marcos Madureira (Abradee). Na ocasião, enfatizamos que a MP visava mitigar os efeitos econômicos da pandemia, mas também avançou em questões centrais para a modernização do setor e outros temas com impactos relevantes sobre o mercado e os consumidores. A apresentação realizada por Reginaldo está disponível no site da Abraceel.

Abraceel se reúne com associada 2W

No dia 05.10, a Vice-Presidência de Energia da Abraceel se reuniu com a Equipe Regulatória e Jurídica da 2W. Na pauta, o novo mandado de segurança impetrado pela Abraceel contra a cobrança retroativa do ICMS pela Sefaz-CE, que ainda aguarda análise pelo desembargador responsável.

Consultas Públicas ANP

No dia 05.10, a ANP abriu duas consultas públicas: (i) consulta prévia 01/20, com objetivo de receber contribuições sobre o documento que trata do modelo conceitual do mercado de gás natural na esfera de competência da união; e (ii) CP 17/20, que objetiva alterar

as regras de comercialização de etanol hidratado, criando a figura do distribuidor vinculado e possibilitando a comercialização do produto entre fornecedor e revendedor varejista. Ambas consultas possuem o prazo de 45 dias, e a CP 17/20 terá audiência pública virtual no dia 24.11. Em breve, será agendada reunião do Grupo Técnico para discutir as propostas. Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3d7Cw7b>.

PNE 2050

Foi encaminhado para o Grupo Técnico da Abraceel a minuta de contribuição para a consulta pública 95/2020 do MME, que busca aprimorar o relatório preliminar do Plano Nacional de Energia 2050. Os associados podem enviar suas considerações para gt@abraceel.com.br, até o dia 13.10, às 12h.

PL do Gás

Na quinta, 08.10, o Fórum do Gás se reuniu com a equipe do senador Otto Alencar (PSD-BA) para discutir o Projeto de Lei nº 4.476/2020. A Abraceel, representada por Bernardo Sicsú, reforçou a importância de aprovação do texto nos termos aprovados na Câmara dos Deputados e destacou que aprimoramentos são possíveis de serem feitos pela via infralegal, ponderando que o atraso na aprovação do novo marco legal prejudica os consumidores e o desenvolvimento do país. Os membros do Fórum também ressaltaram os benefícios que a nova lei do gás trará para o Estado da Bahia, área de atuação do senador e que possui local estratégico no mercado do gás. Ao final, a equipe do senador solicitou o envio de informações para subsidiar o posicionamento do parlamentar, que ainda analisa a matéria.



CURTAS

Workshop P&D - Preço por Oferta

Nos dias 06 a 08.10, a Engie, em conjunto com a CCEE, ONS e Aneel, realizou o Workshop “Preço por Oferta - Propostas de metodologias para formação do preço por oferta no Brasil”, objetode seu projeto de P&D. A consultora PSR, coordenadora do estudo, reiterou que no final de 2021 terá os resultados, ou seja, uma proposta de desenho de mercado fundamentada, com análises das consequências da implementação do despacho por oferta de preços. Além disso, são previstas novas reuniões para discussão com os agentes. O primeiro relatório do P&D está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Documentos Gerais”, e maiores informações podem ser obtidas em www.precoporoferta.com.br.



Regulamentação do GSF

No dia 08.10, a CCEE realizou webinar para esclarecer aos agentes as regras de comercialização e cálculos preliminares da extensão das outorgas das usinas envolvidas na Consulta Pública Aneel 56/20, que trata da regulamentação do GSF. A gravação da reunião

e a apresentação realizada estão disponíveis no [site da Câmara](#). Na próxima terça-feira, dia 13.10, às 15h, será discutido com o Grupo Técnico da Abraceel o mérito da CP Aneel 56/20, bem como a proposta de alteração nas Regras 2021, âmbito da segunda etapa da CP 42/20.

Revisão da Agenda Regulatória Aneel 2020/2021

Na pauta da próxima reunião pública ordinária da diretoria da Aneel, que será realizada no dia 13.08, está prevista a revisão da atual Agenda Regulatória da Agência. Hoje, a revisão da Agenda Regulatória não precisa passar por consulta pública, podendo ser aprovada diretamente pela diretoria colegiada da Aneel. A justificativa da revisão é a necessidade de alteração de alguns prazos internos, dado que a Agência foi obrigada a comprometer recursos para regulamentação das disposições da Lei 14.052/20, que trata da solução do GSF, e da MP 998/20, que apresenta propostas para redução tarifária, além de ter identificado a necessidade de nova atividade regulatória para mitigar os efeitos da pandemia. Com isso, na revisão é proposta a antecipação do início da atividade 71, que trata do aprimoramento da regulamentação da venda dos excedentes da distribuidora, com consulta pública prevista para este ano e deliberação no 1º semestre de 2021. Além disso, na atividade 64, que trata do rateio da inadimplência do MCP, foi proposta a postergação para o 1º semestre de 2021, após o entendimento de que grande parte será instruída na regulamentação do GSF, focada CP 56/20. Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3lsfNFQ>.



CURTAS

Mercado livre de gás no RJ

Também na quinta, a coordenação do Fórum do Gás se reuniu com a Subsecretária de Gás do Rio de Janeiro, Claudia Rabello, e os membros do GT “Gás Natural Campos Pré-Sal”, para discutir o mercado de gás natural no estado. Os coordenadores do Fórum ressaltaram a importância de conclusão do processo de regulamentação do mercado livre (Resolução Agenera4066/2020), que se encontra pendente de julgamento dos embargos apresentados, desde fevereiro. Há dúvidas, inclusive, sobre qual deliberação está vigente, o que traz insegurança para o desenvolvimento do mercado livre. Os coordenadores também destacaram que o Estado do Rio de Janeiro deveria dar exemplo, não adentrando na questão da comercialização do gás, de competência federal. Ao final, foi sugerida a realização de rodadas de negócios entre produtores, comercializadores e consumidores para fomentar o mercado. Agradecendo as contribuições, Claudia Rabello informou que a Agenera deverá deliberar sobre a regulamentação do mercado livre em novembro e que o Estado do Rio de Janeiro está muito alinhado as iniciativas do “Novo Mercado de Gás” e as ações do Fórum do Gás.

CMSE ratifica a entrada do Preço Horário em 2021

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) se reuniu no dia 07.10, e dentre outros assuntos, ratificou o entendimento de que as instituições setoriais e o setor elétrico brasileiro estão preparados para a entrada do preço horário em 2021. Em relação às condições de suprimento de energia elétrica, foi destacado que os níveis dos reservatórios finalizaram setembro de 2020 em valores próximos aos observados no ano anterior, com exceção do Nordeste, cujos volumes armazenados foram os melhores dos últimos anos. Além disso, o Comitê confirmou o aumento da carga verificada no País, que corresponde à continuidade do retorno gradual das atividades econômicas e à flexibilização das restrições de isolamento social, aliadas à ausência de chuvas e às altas temperaturas. Para mais informações acesse: <https://bit.ly/30PJQ2n>.





PRÓXIMA SEMANA

13.10 – Terça-feira: Reunião do Grupo Técnico para discutir as CPs 56/20 e 42/20 da Aneel, que tratam, respectivamente, da regulamentação do GSF e aprimoramento das regras 2021, às 15h.

14.10 – Quarta-feira: Grupo Técnico da Abraceel se reúne para discutir as propostas de segurança de mercado constantes das Notas Técnicas elaboradas pela CCEE, que tratam de critérios de participação e garantias do MVE, às 15h;

Bernardo Sicsú e demais coordenadores do Fórum do Gás se reúnem com a Api-ne, que apresentará sua visão sobre as termelétricas na base em discussão no PL do Gás, às 10h.

15.10 – Quinta-feira: Vice-presidência de Energia participa do Encontro Preço Horário da CCEE, às 9h30;

Reunião do Conselho, aberta à participação dos associados, às 14h30. A pauta foi enviada por email aos representantes.

16.10 – Sexta-feira: Primeira reunião de Planejamento Estratégico da Abraceel, ciclo 2021-2024, de 9h às 12h, via Zoom.